

PE-235 - TRANSPLANTE RENAL PEDIÁTRICO INTERESTADUAL: UM RELATO DE CASO

Loiva Beatriz Fernandes Letner dos Santos Filha, Giovanna dos Santos Bruni, Mylena Sturza Goethel, Lucas Kuelle Matte, Glaziele Rodrigues Garcia

Universidade Luterana do Brasil/ULBRA.

Introdução: Transplante renal é o tratamento preferível em crianças com doença renal crônica em estágio terminal. Os transplantes, muitas vezes, não ocorrem no estado de origem do doador, visto que fatores de disponibilidade de receptores e caráter de prioridade em lista são levados em consideração. Nesse contexto, abordaremos um caso de um transplante renal pediátrico entre os estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul que garantiu aproveitamento de ambos os rins para dois receptores com sucesso no transplante. **Descrição do caso:** Paciente feminina, 1 ano de vida, proveniente de Joinville, Santa Catarina (SC). Foi diagnosticada com morte encefálica com etiologia de encefalopatia anóxica. É um potencial doador. A central de transplantes do estado de Santa Catarina, portanto, oferta rim em bloco para pacientes pediátricos do estado do Rio Grande do Sul (RS), devido ao estado de origem não apresentar receptores compatíveis em lista de espera renal. Após o aceite renal para pacientes priorizados pediátricos, foi organizada a captação dos rins em bloco com médicos captadores de Santa Catarina e a logística de transporte dos órgãos, até Porto Alegre, RS, por meio de voo pela rede privada UNIAIR. Ao chegar no Hospital Santa Casa de Porto Alegre, os rins foram separados cirurgicamente para posterior implante. Por fim, os órgãos foram implantados com sucesso em dois receptores pediátricos. **Discussão e Conclusão:** Ressalta-se a importância de parceria do Sistema Nacional de Transplantes que articula-se com Centrais Estaduais, provendo meios para as transferências de órgãos entre os estados com o objetivo de contemplar as situações de urgência e evitar os desperdícios de órgãos sem condições de aproveitamento no seu estado de origem.

PE-236 - CORÉIA SECUNDÁRIA À LESÃO TÓXICA PELO USO DE VIGABATRINA EM CRIANÇA COM MUTAÇÃO 1P36

Naiana Posenato, Paula Trajano, Fernanda Zeni, Caroline Knak, Cinthia Thomas, Flavia Cerqueira de Almeida, Luciana Ambrós, Denise Fronza, Camila Toscan, Camila Braganholo

Hospital São Vicente de Paulo.

Relata-se paciente feminina de 1 ano e 3 meses, portadora da mutação genética 1p36, que utilizou vigabatrina e desenvolveu movimentos coreiformes e hemibalismo secundários a lesão tóxica, visível em ressonância magnética (RM) de encéfalo. A mutação genética 1p36, embora considerada rara, acomete 1 a cada 5.000 a 10.000 nascidos vivos. Essas crianças apresentam, ao exame físico, achados variáveis de acordo com a localização exata da eliminação cromossômica, dentre eles dismorfismos faciais, microcefalia, deficiência mental, crescimento retardado, capacidade limitada da fala, deficiência visual, traço autista e, comumente, desenvolvem Síndrome de West (SW). Conforme os protocolos de tratamento para a SW, a vigabatrina está indicada como primeira linha, por inibir irreversivelmente a enzima GABA-transaminase, aumentando a concentração de GABA (ácido gama-aminobutírico) na fenda sináptica. A paciente relatada apresentou quadro clínico-eletrográfico de SW, iniciou com divalproato e, após 2 meses, associou-se vigabatrina, com persistência do quadro de espasmos e hiparritmia. Por estas razões, foi realizado tratamento com ACTH por 28 dias, o que levou à normalização do eletroencefalograma e ausência de crises convulsivas clinicamente visíveis. Ao final do tratamento, a paciente iniciou com movimentos coreiformes e balismo bilateral, com envolvimento da língua, inicialmente atribuídos ao corticosteroide. Não havendo melhora com a suspensão do ACTH, foi solicitada uma RM de encéfalo que demonstrou, nas sequências difusão e MAPA uma lesão de padrão tóxico-metabólico, envolvendo o trato corticoespinal, cerebelo e núcleos da base, bilateralmente. Essa lesão poupava a sequência Flair, o que indica um quadro agudo e transitório. Em revisão literária, o mesmo tipo de lesão radiológica foi observado em 3 relatos de caso de crianças utilizando vigabatrina, todas com algum tipo de distúrbio do movimento. Diante disso, com a suspensão imediata da vigabatrina, houve melhora progressiva dos movimentos involuntários da paciente, que aguarda imagem de controle para confirmar o caráter impermanente da lesão.